



ENTREVISTA ADMA HAMAM DE FIGUEIREDO

03/08/2023

Entrevista com Adma Hamam de Figueiredo - Gerente de Atlas e Representações do Território - CGEO/DGC/IBGE.

Bom dia, nós gostaríamos, antes de tudo, de agradecer a oportunidade desse diálogo e por poder aprender com quem veio antes. É um privilégio.

Como você entrou para o IBGE? O que a trouxe a essa instituição? Seu ingresso se deu diretamente na coordenação de Geografia?

Adma: Eu entrei no IBGE em outubro de 1973. Não estou há 50 anos contínuos porque fiquei uns períodos afastada, além dos períodos de mestrado e doutorado em que eu fiquei fora também. Entrei no IBGE atendendo a um convite feito por um professor de Geografia Regional da UFF. Eu tinha feito minha graduação na UFF. Naquela época, muitos estudantes da UFF vinham para o IBGE, por exemplo, o professor Miguel Ângelo Campos Ribeiro (IBGE/UERJ) e Roberto Schimidt (IBGE) se não me engano, já estavam na casa. Eu ia fazer o mestrado em São Paulo, na USP, com o Professor Pasquale Petrone, na área de Geografia Agrária. O alojamento já estava arranjado e estava tudo certo para mudar de cidade, mas aí teve esse convite para o IBGE. Eu era muito, muito, tímida e embora tenha parentes em São Paulo e tivesse conhecidos na USP, eu estava apavorada em morar longe de casa. Aí, como apareceu esse convite, não tive dúvidas e troquei o mestrado na USP pelo IBGE. Entrei nessa casa e fui designada para trabalhar no que era a antiga área cultural do IBGE, que é hoje o CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações). Essa área cuidava da biblioteca e eu trabalhava nos cursos de férias para professores. Apesar de muito tímida, cheguei a dar aula nesse curso. Acho que esse foi o último ano, ou um dos últimos anos, que o IBGE ofereceu esses cursos de férias. Depois disso, trabalhei fazendo resenhas de livros, geralmente de livros americanos. Eu tinha feito curso de inglês e fazia muitas resenhas de livros, geralmente ingleses e americanos. No Boletim Geográfico se encontram muitas resenhas que fiz na década de 1970, ainda com meu nome de solteira, Adma Lima Hamam. Fiquei nessa área cultural cerca de 3 a 5 anos e, então, houve uma transformação grande no IBGE. As estatísticas econômicas cresceram muito no final da década de 1970. O professor Nilo Bernardes que, então,

chefiava o setor de Geografia Agrária do IBGE, manteve sua linha de estudos, com importância central para os trabalhos de campo prolongados. Eu decidi vir para o Departamento de Geografia, situado então na Avenida Beira Mar, para trabalhar em Geografia Agrária. Comecei aí a trabalhar com Olindina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann que tenho, até hoje, como grandes amigas. A Olindina foi minha professora e o IBGE uma grande escola.

Dos profissionais de Geografia com quem você trabalhou no IBGE, qual mais a influenciou e por quê?

Adma: Pois é! Quando eu fui para a Geografia Agrária, o Nilo Bernardes nos dava aulas. Toda semana, tínhamos uma aula diferente! Mas além dele, eu cito a Olindina Mesquita, com quem eu trabalhava diretamente e que muito me estimulou e inspirou com seu rigor científico. Ela me dava verdadeiras aulas. Era muito dedicada e escrevia muito bem. Aquilo tudo me encantou e passamos a fazer muita pesquisa de campo. A Olindina praticamente me formou ali! O primeiro grande trabalho que fizemos na Divisão de Estudos Rurais derivou de um convênio com a Embrapa para estudar a área dos cerrados brasileiros. Esse trabalho deu origem a um livro enorme, que chamávamos “Cerradão”, sobre o Centro-Oeste e outras áreas de cerrado no país. Enfim, a Olindina praticamente me orientou. Ela é muito disciplinada e trouxe toda aquela seriedade para o trabalho que fizemos no IBGE. Depois, fazíamos também na Divisão de Estudos Rurais (DIRUR) muitos estudos sobre o uso da Terra, a partir dos dados do Censo Agropecuário. Naquele momento havia um esforço para utilizar, de forma mais sistematizada e abrangente, os dados do Censo Agropecuário, junto aos trabalhos de campo que fazíamos. Essas pesquisas primárias, por si só, já eram quase um pequeno Censo. Os trabalhos de campo levavam mais de 30 dias. Íamos com um questionário e com o levantamento estatístico que determinava o sistema de amostragem e os estabelecimentos que seriam visitados. Quando um produtor não estava no estabelecimento para responder ao questionário, tínhamos que nos deslocar até o produtor substituto na amostra, e esse poderia estar bem longe. Então, nos deslocávamos por todo o interior. A Olindina e a equipe já haviam feito pesquisas sobre a modernização da agricultura no Brasil, com trabalhos no Rio Grande do Sul, que foi um estado pioneiro, junto com São Paulo, no processo de mecanização e de difusão de inovações. Quando eu entrei para a equipe, já estavam estudando o Paraná e a gente chegou a fazer 3 trabalhos de campo, desses de 30 dias, para uma grande pesquisa sobre a expansão da soja no Oeste do Paraná. Minha dissertação de mestrado (que não cheguei a defender) feito sob a orientação de Milton Santos, foi justamente sobre o crédito rural e inovação tecnológica no Oeste do Paraná. Ele saíria publicado na Revista do IPGH (Instituto Panamericano de Geografia e História) em 1993. Em seu último livro, em 2001, escrito com Maria Laura Silveira e outros autores, o Milton ainda citava esse trabalho. Enfim, no IBGE e fora dele fiz inúmeras amizades que me são caras até os dias atuais.

Você disse que o Nilo Bernardes era seu coordenador. Você chegou a participar da discussão que ocorria, no final da década de 1970, sobre a Geografia teórica? O Nilo Bernardes se contrapôs a isso, mas havia uma pressão no IBGE para aderir.

Adma: Essa discussão acontecia mais nos estudos das áreas urbanas, com o (Pedro Pinchas) Geiger, o professor Roberto Lobato, entre outros. No exterior, os estudos das áreas rurais tinham também essa questão, mas na nossa Divisão de Estudos Rurais, mesmo que tivéssemos feito alguma coisa de análise fatorial, ainda éramos muito pautados pela pesquisa de campo e análise censitária. A Olindina tinha muita habilidade em trabalhar com o Censo Agropecuário. Ainda que, eventualmente, discutíssemos alguns indicadores, de um modo geral, na pesquisa agrária a vertente teórica não foi tão significativa no IBGE, sobretudo por influência de Nilo Bernardes e Orlando Valverde¹. Esses dois grandes geógrafos atuavam em áreas diferentes da Geografia, compartilhando a influência da escola francesa em suas metodologias. Nossa pesquisa era mais de campo. Minha influência maior e direta era do Nilo, da Olindina e da Solange, que – como já mencionei – são minhas grandes amigas até hoje.

Dos projetos que você trabalhou na casa, qual gerou maior identificação pessoal?

Adma: É difícil apontar um. Minha carreira teve grandes mudanças. Eu tive esse início na Geografia Agrária, de que gostava muito. Nesse período da minha atividade, vivia para o estudo e para esse trabalho sobre o Oeste do Paraná. Quando saí para o mestrado, pude me aprofundar nesse tema com enorme satisfação. Depois houve outras fases, como a que eu trabalhei com Zoneamento da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente e fiz inúmeros trabalhos. Minha tese de doutorado foi sobre essa região, sob orientação de Bertha Becker². Em meados de 1990 conheci, através de Bertha, meu colega e amigo Cláudio Stenner, um jovem geógrafo de Juiz de Fora que me deu muita alegria ao ingressar no IBGE. Mais tarde, levei toda essa bagagem para os projetos dos Atlas, em que eu trabalhei a partir do final da década de 1990 e que também me trouxe uma enorme satisfação. Para esse último trabalho, tive uma equipe muito boa, além do grande amigo (José Carlos) Louzada, que conheci fazendo os Atlas. Lembro quando Evangelina (Xavier Gouveia), sempre adiante de seu tempo, me apresentou aquela pessoa da DI (Diretoria de Informática) para

¹ Nota editorial – O geógrafo Nilo Bernardes (1922-1991), compôs os quadros do IBGE, tendo ingressado no antigo Conselho Nacional de Geografia, transformado em IBGE em 1936. Atuou no departamento de Geografia, trabalhando com Geografia Regional e Geografia Agrária. Aposentou-se em 1968, quando passou a se dedicar ao campo do ensino de Geografia, com várias publicações no tema. O geógrafo Orlando Valverde (1917-2006), ingressou no IBGE em 1938, onde foi diretor da Divisão de Geografia e, mais tarde, chefiou o grupo de pesquisas da Amazônia, do Departamento de Geografia do IBGE (DEGEO). Aposentou-se em 1982. Em 1967, participou da criação da Campanha em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), que passou a presidir em 1984.

² Bertha Becker (1930-2013) – Geógrafa, pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atuou principalmente em pesquisas relacionadas à Amazônia, tendo publicado inúmeros títulos sobre tema, além de ter orientado várias teses de doutorado e dissertações de mestrado.

trabalhar no Atlas, e eu perguntava – “o que esse homem está fazendo aqui?” Que ignorância! Louzada foi quem passou os Atlas do meio analógico para o meio digital. E ele também se encantou com os mapeamentos que fazíamos para os Atlas. Ele se identificou! Depois, entrou a (Maria Tereza) Carnevale alguns anos depois. Diria que esses projetos foram os principais. Eu mergulhava naquilo. Nos Atlas sempre tive o enorme apoio não só de meus colegas da Coordenação de Geografia, como da Coordenação de Meio Ambiente e da Coordenação de Geografia. Pode-se dizer que o Atlas Nacional, hoje em dia chamado de Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, condensa a produção geográfica e estatística do IBGE, sendo um pouco a cara do IBGE e do Brasil. Não posso deixar aqui de lembrar a participação em todos os Atlas que coordenei (Atlas Nacional, Saneamento, Espaço Rural, Comércio e Serviços) da minha amiga Ivete Oliveira Rodrigues, que sempre me corrigia quando eu tropeçava nos dados.

Você trabalhou muitos anos com a Amazônia, inclusive com o Zoneamento Ecológico-Econômico. Quais os desafios para o Brasil na agenda ambiental e na preservação desse bioma?

Adma: Eu sou do tempo que não havia nem Ministério do Meio Ambiente! Depois da redemocratização, com o avanço da questão ambiental, o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico surgiu como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente³ e, naquela época, ele teve grande importância. Hoje em dia o zoneamento serve mais para discurso eleitoral. Todo candidato a presidente fala que vai aprofundar o zoneamento, mas fica só no discurso. O zoneamento nunca mais teve a força que teve no início. O projeto começou com o nome Nossa natureza, ainda no Governo Sarney (1985-1990). Foi o primeiro grande programa ligado ao Meio Ambiente. Foi coordenado nacionalmente pelo (Aziz) Ab'Saber⁴. O IBGE entrou nesse projeto e ali foi a primeira vez que trabalhei junto ao pessoal do RADAM (Radar da Amazônia) já incorporado ao IBGE. O projeto depois se transformou no Zoneamento Ecológico Econômico, já no governo Lula. Nesse projeto, nós fizemos o zoneamento principalmente para os Estados da Região Norte ainda pouco estruturados na área ambiental. Os técnicos do Consórcio ZEE Brasil (formado por técnicos do INPE, EMBRAPA, CPRM, IBGE, dentre outros) trabalhavam junto com as equipes do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, subsidiando as pesquisas e estudos necessários ao cumprimento do Programa. Eu trabalhei muito com o pessoal do INPE, com Gilberto Câmara, quem conheci ainda novo, Thelma Krug, que hoje, inclusive, está sendo indicada pelo Brasil para presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, na ONU. Fazia parte da equipe também Bertha Becker, que foi quem me indicou para compor o grupo do ZEE. O principal mérito do projeto Nossa Natureza, que depois se tornaria o Zoneamento, não foi somente

³ PNMA – criado por lei federal de 1981.

⁴ Aziz Ab'Saber (1925-2012) – Geógrafo, pesquisador e professor de Geografia da USP. Dedicou-se ao estudo da geomorfologia brasileira, com inúmeros títulos publicados sobre o tema. Também atuou fortemente na pesquisa de questões ambientais, chegando a discutir e sugerir políticas públicas sobre o tema.

o de produzir todo aquele conhecimento técnico sobre a Região Amazônica mas, principalmente, de servir como instrumento de diálogo para diferentes segmentos da sociedade regional, de empresários a representantes da sociedade civil e órgãos técnicos. Foram nas inúmeras reuniões desse projeto nos estados amazônicos onde começaram a participar e se fortalecer várias lideranças dos povos da floresta. A gente tinha acabado de passar pela morte do Chico Mendes, em 1988, que foi um marco para o avanço da problemática ambiental no país. O Brasil passava por uma grande pressão nessa área, vinda diretamente de fora, sobretudo de ONGs internacionais. Mais tarde, após a Constituição de 1988, a defesa do meio ambiente foi feita também pelo Ministério Público. Quando começamos esse projeto, não havia o Ministério Público. Então, ele serviu para a sociedade dialogar sobre a questão ambiental. O zoneamento, enquanto ferramenta, sofre com o problema da obsolescência. É necessário atualizar sempre e refazer os dados. No início, o zoneamento focava muito no mapa de uso da terra. Uma coisa que eu tenho muita satisfação em ter feito foi ampliar o escopo. Sair do uso da terra estritamente para a questão da apropriação, que é o conceito que o Milton (Santos)⁵ tinha de uso do território. Os dados do IBGE possibilitaram identificar as grandes concentrações fundiárias, o que ampliava o leque para além da questão estrita do uso da terra, além das demais questões envolvendo a abertura de eixos viários e de grandes obras como as hidrelétricas, de forte impacto sobre o meio ambiente e as populações locais. Além disso, essa análise possibilitava levantar também a questão dos povos e comunidades tradicionais. Isso, numa época anterior à criação da legislação específica sobre esse tema. O desafio, hoje em dia, está relacionado à pressão do agronegócio para flexibilizar o Código Florestal. Ataca-se sobretudo o recorte da Amazônia Legal, visto como algo utópico, obsoleto, que ficou no passado. Eu até entendo que se possa rediscutir os limites da Amazônia Legal, mas acredito que é preciso definir áreas de transição entre aquela área core do agronegócio e as áreas em que uma nova economia da Amazônia se comprometa e necessite da floresta em pé. É necessário pensar em alguma transição entre esses dois mundos e o zoneamento seria um instrumento muito útil para isso. Em uma reunião em governos passados eu citei que o (general) Golbery⁶ tinha certa razão quando passava a ideia de que “se formos entrar na Amazônia, precisamos controlar o Centro-Oeste”. Eu acho interessante essa ideia geopolítica dele. E isso ainda continua válido de certa maneira. Para se pensar numa economia de floresta em pé, você precisa criar formas de planejar uma transição temporal e espacial. O Brasil é uma potência agrícola e ambiental! Precisamos criar ferramentas para possibilitar que essas duas vertentes convivam e se desenvolvam.

⁵ Milton Santos (1926-2001) Considerado o maior geógrafo brasileiro e um dos mais importantes intelectuais do país no século XX, formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Sua tese de doutorado intitula-se O centro da cidade de Salvador. A Revista Brasileira de Geografia terá edição especial sobre sua trajetória e o conjunto de sua obra em 2026, por ocasião do centenário de seu nascimento.

⁶ Golbery do Couto e Silva (1911-1987) General e geopolítico brasileiro. Foi um dos principais teóricos da política de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra nos anos 1950. Foi um dos criadores do Serviço Nacional de Informações – SNI.

A série "Geografia do Brasil" foi uma grande referência para a Geografia regional Brasileira. Como você avalia a divisão em grandes regiões do Brasil hoje?

Adma: Eu acho que todo país com a dimensão territorial do Brasil tem que ter uma divisão regional macro. Quando foi feita a divisão nas macrorregiões, todo o processo estava ligado também àquela reforma da educação do (Gustavo) Capanema⁷ na era Vargas. Essa divisão foi feita para atender ao ensino primário. Por sua vez, a divisão em meso e microrregiões era voltada para o ensino superior. De todo modo, as macrorregiões estão no imaginário popular. As crianças aprendem isso há anos. Agora, para a Geografia, essa é uma discussão eterna – "tal estado deveria estar em tal região". Por exemplo, a área do Matopiba, e sobretudo o Oeste Baiano, tem mais características do Centro-Oeste do que do Nordeste em si. Mas eu acho difícil alterar isso. Essa divisão já está na mente das pessoas. Além disso, qualquer alteração mexeria nos fundos constitucionais. A Constituição traz esse nó, determinando fundos para o Norte e para o Nordeste. Há toda uma estrutura legislativa enraizada. Qualquer alteração implicaria em se mudar a Constituição. Mas por outro lado, eu penso também que essa divisão não é de todo errada. O Sul tem suas características. O Sudeste foi esboçado pelo Geiger⁸ no IBGE já na década de 40, quando ele via São Paulo como o grande catalizador da região e do país. O Nordeste foi criado pelo Celso Furtado na década de 1950, quando ele incorporou o Maranhão, o Piauí e a Bahia à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). O IBGE mais tarde legitimaria o que a Sudene havia feito. Eu sempre disse, que se o Nordeste tem a cara do Celso Furtado, o Sudeste tem a cara do Geiger. O Centro-Oeste se firmou muito agora com o agronegócio. Eu acho muito difícil qualquer alteração. Essa divisão está enraizada na população. Há evolução, existem as transformações espaciais, mas eu acho que esse modelo ainda vale.

Agora vamos falar um pouco sobre o seu trabalho na produção de Atlas do IBGE.

Quais os desafios que você vê para a produção e uso desse importante instrumento geográfico hoje?

Adma: O Atlas é um trabalho que remonta à década de 1940 e é um produto universal. E esse produto se mantém porque tem tudo a ver com a "era da imagem", como a que a gente vive hoje. Os Atlas são retratos do Brasil. Precisamos trabalhar sempre com duas vertentes. Numa delas, o objetivo é sempre fortalecer a análise espacial, que é o nosso foco. Numa segunda vertente, precisamos acompanhar as mudanças tecnológicas, o que requer um grande esforço de renovação

⁷ Ministro da Educação e Saúde Pública no Governo Getúlio Vargas, tendo ocupado o cargo entre 1934 e 1945.

⁸ Pedro Pinchas Geiger – geógrafo que fez parte dos quadros do IBGE entre 1942 e 1984, tendo proposto, em 1967, uma nova divisão do Brasil em grandes regiões. Geiger completou 100 em fevereiro de 2023, e segue produzindo seus estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

constante. Então você tem essas duas frentes de trabalho. No momento, estamos trabalhando com duas consultoras, que foram chamadas justamente para propor inovações nos Atlas e estamos também discutindo questões de novas formas de representação e layout. Os Atlas são cada vez mais utilizados. Estamos vendo uma disseminação de mapas. A imprensa não os utilizava no passado, e hoje é o que mais se usa no mundo todo. Mas uma coisa que precisamos sempre buscar é a interdisciplinaridade nos Atlas do IBGE. Isso porque não podemos confundir o Atlas com uma simples plataforma de divulgação de informações. O Atlas não pode ser uma base de informações estatísticas. Precisamos sempre pensar em produzir, com os Atlas, uma análise geográfica multidisciplinar. No passado não havia muito esse desafio, mas hoje temos. Com o avanço das tecnologias, se pode fazer mapa de qualquer informação. E as possibilidades com os resultados dos Censos Agropecuários e Demográficos são infinitas. Então precisamos distinguir o que é um Atlas do que é uma base digital de informações estatística. Eu acho que os temários dos Atlas permitem uma visão interdisciplinar, onde se pode discutir as grandes questões do Brasil. Precisamos sempre imprimir alguma característica nos Atlas do IBGE para que eles não se tornem meros repassadores de informações estatísticas. Precisamos sempre inovar. A questão do meio digital trouxe muitos desafios. No passado, a gente discutia mapa por mapa. Eu não peguei essa época, mas havia uma banca, feito uma defesa de tese, em que se propunha um mapa e o submetia a uma banca para aprovação. Com o avanço da tecnologia, isso acabou. Mas o esforço hoje é manter o Atlas como um produto de pesquisa que reflita um pouco a cara do Brasil em sua época. É preciso acompanhar e representar a dinâmica geográfica da sociedade brasileira, senão o Atlas se torna um mero repassador de informações. Eu acho que esse equilíbrio constitui o grande desafio hoje em dia.

Você foi uma grande entusiasta e defensora do retorno da Revista Brasileira de Geografia. Qual o impacto desse retorno para o IBGE e para a Geografia Brasileira?

Adma: Para a gente que pegou a RBG desde antes de 2016, ficava sempre aquele sentimento de perda pela descontinuidade da sua publicação. Quando eu entrei no IBGE, era uma enorme satisfação colocar um artigo em suas páginas. E quando ela foi descontinuada, ficou aquela vontade de, um dia, retomar sua edição. E recriar a Revista, felizmente, não era só saudosismo, me estimulava muito porque a leva de novos geógrafos que chegavam no IBGE pedia por esse retorno. Ver aqueles garotos, recém-saídos da faculdade, engajados em retomar a RBG, dava um entusiasmo para a gente levar o projeto adiante. Tentamos vários diretores, até que conseguimos, em 2016, dez após a edição de 2006, reativar o periódico. Para essa tarefa contei com o apoio decisivo de Roberto Lobato Corrêa, referência na trajetória da geografia feita não só no IBGE e na RBG, como na academia e, no país, de modo geral. Como diria Milton Santos na Banca de doutorado de Roberto: “o Lobato é o maior “ledor” da Geografia entre nós”. Hoje em dia, graças a Deus, temos a Maria Lúcia Vilarinhos e toda a equipe da RBG que estão levando esse projeto com muita garra. E eu acho também que a produção da Geografia do IBGE merece uma revista. A gente

tem uma contribuição a dar. Eu só sinto falta de uma participação maior do servidor do IBGE. Eu já pensei até que, todo trabalho que a gente fizer, poderia ter sua apresentação publicada na RBG, mas esbarramos na escassez de pessoal no departamento. Enquanto não tivermos uma reposição de pessoal, fica difícil levar essa ideia adiante. Outra coisa que no passado a gente fazia era, quando um servidor ia fazer mestrado ou doutorado, devia publicar os seus trabalhos na Revista, mas isso também esbarra nas limitações de pessoal do departamento hoje. Antes, ela era uma referência nacional, junto com a USP. Hoje, é uma entre várias revistas. Mas eu acho que a produção geográfica do IBGE deve ser divulgada na RBG. Estamos buscando mecanismos para possibilitar isso. Já se vê, nos últimos números, artigos relacionados a temas de pesquisas da casa e temos a publicação de alguns artigos propostos por servidores do IBGE. Esperamos que essa tendência se intensifique.

Como você via o IBGE quando entrou para a instituição e como a vê hoje?

Adma: Eu entrei na época do regime militar. Naquela época estavam começando a ter grande importância as estatísticas econômicas. O IBGE estava se reformulando, adquirindo mais ou menos a cara que o Instituto tem hoje em dia, com o cálculo do índice de inflação, desemprego, etc. Quando eu entrei, a Geografia tinha um papel muito importante, muito relevante. Mas tudo se transforma na vida. Eu peguei também a fase da transdisciplinaridade, quando a gente recebeu sociólogos, economistas. O Nelson Senra⁹ veio trabalhar com a gente. Também a Sebastiana (Rodrigues de Brito) que era uma grande socióloga e depois se tornou professora na PUC. Apreendi muito com ela. Então a gente começou a entrar nessa onda da transdisciplinaridade e isso me deu muita base para, depois, trabalhar com outras instituições no Ministério do Meio Ambiente. Peguei também a fase da ênfase na questão ambiental que veio forte nas décadas de 1970 e 1980, com a anexação do Radam¹⁰ ao IBGE. Eu me lembro que o Milton Santos uma vez, numa homenagem que se fez a ele por ocasião do recebimento do título de doutor honoris causa na UFRJ, me chamou num canto e pediu para a gente nunca deixar que a Geografia do IBGE fosse reduzida estritamente à questão ambiental. Ele dizia que a Geografia ia além da questão ambiental. Essa eu não esqueço. Acho que a Geografia do IBGE foi se transformando com o tempo. Com as questões e as condições que vão se impondo, transformando a realidade territorial do Brasil. A nossa força está no passado que a gente teve e no nosso presente. Eu passei até por um período em que se queria modificar até mesmo o nome do IBGE, e eu achava aquilo uma coisa absurda, porque o nome é uma identidade histórica. Mas percebo que esse declínio de importância que a Geografia teve com a chegada das Estatísticas Econômicas começou a se reverter nos anos 2000, com a consolidação do processo de união da Estatística com a Geografia. Não deve haver um cenário de competição entre as duas dimensões, mesmo porque a estatística é algo mais conjuntural, enquanto a Geografia trabalha

⁹ Historiador que fez parte dos quadros do IBGE, onde publicou a série História das estatísticas brasileiras, em 2006, disponível em pdf na biblioteca da instituição.

¹⁰ Radar da Amazônia – projeto operado entre 1970 e 1985, no Ministério das Minas e Energia.

mais com a estrutura. A homenagem à Bertha Becker e ao Milton Santos, na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, me deixou muito emocionada e me parece um reflexo de um processo em curso de estreitamento dos pilares fundadores do IBGE para levar a frente sua missão institucional.